



# NOVIDADES LEGISLATIVAS

## **Nesta Edição:**

- **Comissão Especial se reúne para continuar a discussão sobre a análise de subsídios tributários, financeiros e creditícios;**
- **CAE realiza Audiência Pública para debater a conjuntura econômica atual.**

## **Comissão Especial se reúne para continuar a discussão sobre a análise de subsídios tributários, financeiros e creditícios**

A Comissão Especial destinada a analisar proposições que tratem da concessão de subsídios tributários, financeiros e creditícios realizou hoje audiência pública para debater o tema com a presença de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Casa Civil. A audiência foi requerida pelo deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) e presidida pelo deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP) e, posteriormente, pelo deputado Elias Novaes (PSB/GO).

De acordo com representante do TCU, Renato Lima Cavalcante, diretor da Diretoria de Fiscalização da Responsabilidade Fiscal da Secretaria de Macroavaliação Governamental, frente ao crescimento significativo dos gastos com subsídios nos últimos anos (1,6% do PIB em 2003 para 4,6 em 2018) que colaborou para a elevação do rombo fiscal, o governo vê-se agora, de acordo com a LDO 2019, proibido de criar renúncias tributárias para este exercício. Além disso, a legislação prevê que deverá ser elaborado plano de revisão de subsídios com cronograma de redução. Segundo Renato, os subsídios são representação de uma política distributivista, com benefícios concentrados e custos difusos.

O representante do TCU destacou ainda, que há necessidade de se aprimorar a governança sobre esses gastos. A criação deles é mais simples do que sua extinção, uma vez que, após inseridos no ordenamento jurídico, caso não tenham prazo de validade (característica comum dos subsídios mais antigos), eles vigoram por tempo indeterminado. Para ilustrar, mostrou dados que apontam que, em relação aos benefícios vigentes em 2017, 84% não tinham prazo de validade. No sentido de se aprimorar a governança, foi criado comitê de monitoramento e avaliação de 8 subsídios para o ano de 2019, dentre os quais, destacam-se a Zona Franca de Manaus, a Conta de Desenvolvimento Energético e a Lei da Informática.

O representante da Casa Civil, Marcos César de Oliveira Pinto, subchefe adjunto de Política Econômica, informou que apesar de não propor políticas públicas, a Casa Civil tem o papel de validá-las de acordo com as diretrizes governamentais. Ressaltou que o gasto público tem ligação direta com o endividamento. Nesse sentido, é imprescindível uma discussão acerca da efetividade do gasto tributário. Para que esse instrumento legítimo de política pública seja “bem usado” é necessário que os excessos cometidos no passado sejam corrigidos através de análise da efetividade. Nessa análise deve ser possível verificar se os resultados positivos se sustentam frente o contrafactual. O governo tem investido em instrumentos para que essas políticas sejam melhor elaboradas, monitoradas e tenham um maior componente de governança.

Segundo Sérgio Costa Ravagnani, subchefe adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a casa civil está engajada no fortalecimento do sistema regulatório brasileiro, o que abrange a apuração de resultados dos subsídios com qualidade. Tem-se essa necessidade cada vez mais premente frente ao endurecimento da legislação, que coloca responsabilidades grandes sobre os agentes públicos – exemplo disso é a MP 881 – Liberdade Econômica – que prevê análise de impacto regulatório obrigatória para qualquer norma a partir da sua regulamentação.

O deputado Orlando Silva informou que tramitam no Congresso Nacional diversas proposições que propõem critérios para concessão, monitoramento e avaliação de subsídios e indagou se é possível que critérios objetivos auferam os resultados subsídios e se há necessidade de complementação da legislação atualmente em vigor sobre o assunto (LDO, LRF, CF e etc.).

O deputado Marlon Santos (PDT/RS), teceu críticas ao sigilo fiscal e a concessão de benefícios fiscais de maneira desenfreada. O deputado destacou, também, a inexistência de metodologia prática para a estimação de impacto orçamentário de um projeto, haja vista que há uma falta de definição coesa para critérios importantes, como receita líquida. Por fim, o deputado ressaltou o dever do Legislativo em legislar sobre o tema.

Seguindo a linha do deputado Marlon Santos, o deputado Elias Vaz (PSB/GO) questionou o peso das renúncias fiscais nas discussões sobre o rombo fiscal, destacando que é necessário discutir seu custo-benefício e sua transparência com maior profundidade.

A Comissão se reunirá novamente na semana que vem, no dia 25, para continuar a discussão do tema.

### **CAE realiza Audiência Pública para debater a conjuntura econômica atual**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizou hoje audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas, para debater a conjuntura econômica atual. A audiência foi requerida pelo senador Rogério Carvalho (PT/SE), presidente da Subcomissão.

Participaram os seguintes convidados: Fernando Gaiger, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Guilherme Mello, Economista e Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Antonio Correa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP.

Os economistas convidados advertiram que a recuperação da economia deverá ser lenta, exigindo anos para que a crise comece a ser superada. Eles também apontaram a necessidade de mudança de rumos na política econômica do país, defendendo medidas como a retomada do investimento público, entre outras.

O economista e professor da Unicamp, Guilherme Mello, comentou que a política econômica atual, preocupada com nível de preços e baseada em apostas no capital externo, deveria estar focada no investimento público e em medidas de desenvolvimento produtivo articuladas com a transição ecológica. O especialista ressaltou que o investimento externo é “insuficiente” e não compreende uma verdadeira tática de desenvolvimento.

Em 2015 a desaceleração da economia levou à uma recessão. A queda do consumo das famílias impactou diretamente o mercado de trabalho, cenário que ainda não foi revertido.

Guilherme ponderou que as políticas adotadas desde 2015 até agora, visando reduzir os gastos públicos e o tamanho do Estado brasileiro, não têm sido suficientes para retomar o crescimento. Segundo ele, a crise econômica do Brasil só deve começar a ser superada a partir de 2023. O economista também considerou importante a continuidade de reformas estruturais, como a tributária e a da Previdência, em análise no Congresso. Ele defendeu, no entanto, que a PEC 6/2019 não deve ter propósito apenas fiscal, mas que resulte na redução de privilégios.

O diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP, Antonio Correa de Lacerda, defendeu a redução do custo do crédito para aumento do consumo e melhoria da atividade econômica. De acordo com o especialista, o corte de gastos sociais e de investimentos pelo governo tem resultado em um processo “autofágico” que precisa ser revertido. De acordo com o economista, é necessário que o Estado implemente política anti-cíclica de “gastar durante crises”, de forma a gerar efeito multiplicador de investimento.

Ao destacar uma crise significativa da economia brasileira, Lacerda chamou a atenção para os “componentes domésticos” que resultaram nessa situação. Ele afirmou que o país registrou quedas expressivas no PIB, em 2015 e 2016, e que o Brasil tem apresentado um crescimento insignificante desde então. Além disso, a burocracia e juros elevados resultaram num deslocamento de nossa capacidade de consumo e a uma perda da capacidade industrial – explicou.

O pesquisador do Ipea, Fernando Gaiger observou que o crescimento per capita do país é zero e que o prognóstico da recuperação “pós-crise” deve ser de oito anos. Para ele, a gravidade da crise política atual é significativa a ponto de atrapalhar o consenso sobre soluções para a situação econômica.

O senador Marcelo Castro (MDB/PI) comentou que o país gasta mais do que arrecada e não paga os juros da dívida pública, cujo valor é, segundo ele, “exorbitante”. O parlamentar comparou o endividamento, aliado aos juros e sua não amortização, a uma “bola de neve que cresce em progressão geométrica”.

O Presidente da CAE, senador Omar Aziz (PSD/AM), comentou sobre a declaração do Presidente da República, Jair Bolsonaro, de possibilidade de redução dos impostos de importação de computadores e celulares. Os encargos no segmento poderiam cair de 16% para 4% a fim de incentivar inovação tecnológica. O Senador observou que o fomento à inovação deve ser feito por meio de investimentos em pesquisa e produção dessas tecnologias no próprio território nacional brasileiro e que o incentivo à importação de produtos finais pela desoneração tributária



não irá fomentar a criação de empregos e poderá implicar em redução da competitividade da indústria nacional.

Em resposta aos comentários dos Senadores, Guilherme Mello salientou que cortar os gastos e os investimentos públicos leva à queda do PIB e da receita: “a questão é, quais serão os investimentos públicos capazes de retirar o país dessa estagnação que gera emprego e financie investimentos?”.

Antonio Correa afirmou que, em relação ao mercado interno, o Brasil tem grande carência de infraestrutura, saneamento etc., e que esses fatores devem ser vistos como oportunidades para investimento.

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Marcos Borges | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 novidades.leg@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 | sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen | CEP 70040-903 Brasília, DF | (61) 3317.9001 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.